

Acordo pode estar fechado em julho

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, tem esperanças de ver acertados os termos da renegociação pluri-anual da dívida externa com os credores brasileiros entre o final do mês de junho e o início de julho. Ele está otimista quanto à sensibilidade dos banqueiros em aceitar os três pontos principais que continuam pendentes de entendimento com o comitê assessor da dívida externa.

Estas questões envolvem exigências que os credores haviam colocado com certa ênfase anteriormente, mas que o governo brasileiro acredita agora serem passíveis de exclusão dos termos do contrato: O "down-payment" — pagamento simbólico de US\$ 2 bilhões que os bancos pensavam em receber ao longo do prazo de sete anos de carência —, o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre as contas brasileiras durante todo o período de vigência do acordo (que tem prazo de 16 anos) e a cláusula sobre a entrada de dinheiro



**Antônio Carlos
Lemgruber**

novo que o Brasil prefere não ter incluída, de modo a flexibilizar qualquer entendimento sobre a necessidade de tomada de "new money", que fatalmente deverá aparecer no decorrer do período.

Mesmo que o governo consiga definir estes pontos até julho, a assinatura do contrato de renegociação da dívida com os banqueiros ficará na dependência da sacramentação do acordo "stand by" que o Brasil está discutindo com o FMI.

Lemgruber não se arrisca a indicar nenhuma expectativa para a duração dos entendimentos com o Fundo, informando que os acertos dependem de uma "questão de dosagem". E explica: "Não existe discordância em torno do diagnóstico básico, já que ninguém duvida que a economia necessita elevar a sua poupança interna e passar por uma redução em seu déficit público; o que precisa ser definido é o grau deste corte e o período ao longo do qual ele poderá ser efetuado".

De qualquer modo, o governo parece disposto a recuperar o tempo perdido e agilizar o processo de negociação da dívida externa. Nos próximos dias, conforme revelou Lemgruber, uma missão de técnicos do Banco Central e do Ministério da Fazenda irá a Paris, com o objetivo de dar andamento aos acertos dos financiamentos contraídos com aval de agências governamentais, que também serão reescalados pelo prazo de dezesseis anos, no âmbito do Clube de Paris.

Os números finais do pacote de negociação, seja

com os banqueiros privados, seja com o Clube de Paris, não estão totalmente definidos. No total, com ambos os fóruns, o presidente do Banco Central calcula que o montante a ser reescalonado some US\$ 51 bilhões.

Deste total, a dívida a ser renegociada com a comunidade financeira internacional oscila entre US\$ 44 bilhões e US\$ 45,3 bilhões, devido a alguns pontos de dúvida que incluem, por exemplo, as operações de "lease-back" efetuadas com a Companhia Siderúrgica de Tubarão, transferências de crédito para instituições não financeiras e financiamentos contraídos com garantia de governo, que não está ainda definido se devem ser incluídos no Clube de Paris ou no pacote dos bancos privados.

O mais importante, conforme admite o presidente do Banco Central, é garantir o fluxo das linhas de curto prazo — no montante de US\$ 16 bilhões —, que constituem o ponto básico para o Banco Central.

Na próxima semana, o banco estará divulgando um novo exemplar do seu programa de ajustamento

externo e interno com as projeções mais atualizadas do balanço de pagamentos. O saldo da balança comercial estará reestimado para US\$ 11,7 bilhões — diferença entre uma expectativa de US\$ 26 bilhões com exportações e de US\$ 14,3 bilhões com importações. O déficit na conta serviços será indicado na base de US\$ 13,7 bilhões — dos quais US\$ 10,7 bilhões constituem previsão de gastos com juros externos e os restantes US\$ 3 bilhões com outros tipos de serviços.

Assim, o déficit em conta

corrente passa a ser programado em US\$ 2 bilhões, que é justamente o valor que deve ser compensado com o balanço de capital, através do aumento dos ingressos de recursos dos organismos internacionais, de créditos de exportação e investimento direto. Até aqui, o Banco Central trabalhava com um resultado líquido de US\$ 800 milhões no item de investimentos — entre entradas e saídas — mas Lemgruber acredita que as remessas para dentro do País poderão ser acrescidas em cerca de US\$ 500 milhões.